EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO: ANGOLA VS. BRASIL

Loide De Sousa Viegas Sebastião[1]
Jandira Isaquiel Machado[2]
Ilda Paulo Mateus[3]
Sérgio Henrique De Oliveira Lima[4]

RESUMO

O fenômeno do empreendedorismo no setor público pode ser analisado a partir de duas perspectivas: a primeira, na qual se manifesta a figura do Estado empreendedor, pode ser observada através da criação de entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista dedicadas a explorar mercados incompletos ou setores considerados estratégicos para a soberania nacional, ou ainda, da proposição e implementação de inovações institucionais e de políticas públicas; em uma segunda abordagem, verifica-se a ação do Estado, por meio da atuação dos policymakers e atores do Poder Executivo promovendo o empreendedorismo privado através de políticas públicas que favorecem a dinamização do ambiente de negócios, a inovação e a ação empreendedora privada. E é exatamente a primeira perspectiva que servirá de ponto de partida no decorrer do estudo. O paradigma da Nova Gestão Pública, surgido no final dos anos 1980 e adotado no Brasil a partir da década de 1990, tem servido de motor para inúmeras mudanças no setor público. Comportamentos, práticas e técnicas gerenciais antes próprias do setor privado têm sido adotadas pelo setor público, com a finalidade de criar valor para o cidadão e a sociedade. O empreendedorismo no setor público tem se tornado uma ferramenta crucial para o desenvolvimento econômico e social através da promoção da inovação e da eficiência na administração pública. Trata-se de um fenômeno, relevante tanto em Angola quanto no Brasil, embora sob contextos socioeconômicos e institucionais distintos. O presente estudo tem como objetivo investigar os desafios encontrados pelo setor público de ambos os países no contexto do empreendedorismo e como eles dificultam a implementação de projetos e práticas empreendedoras. Angola tem buscado diversificar sua economia, tradicionalmente dependente do petróleo. O governo tem implementado políticas para estimular a prática do empreendedorismo, especialmente em áreas como agricultura e tecnologia. É possível verificar hoje em dia a existência de programas de incentivo à criação de startups e microempresas, visando assim reduzir o desemprego e fomentar a inclusão social. No entanto, desafios como a burocracia excessiva e a falta de infraestrutura ainda dificultam o crescimento do empreendedorismo. O Brasil possui um ambiente de empreendedorismo mais maduro, com diversas iniciativas públicas para apoiar novos negócios, mas ainda enfrenta desafios como a carga tributária elevada e a instabilidade política, que de certa forma podem desestimular novos empreendimentos. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica, com dados provenientes de artigos científicos, de nove anos e alguns bem mais recentes. Sendo assim, tanto Angola quanto o Brasil reconhecem a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico e social. Enquanto Angola encontra-se num estágio de crescimento e adaptação, o Brasil já possui uma base mais consolidada, mas como já referido ainda precisa lidar com barreiras estruturais para fortalecer seu ecossistema empreendedor.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Setor Público; Angola; Políticas Públicas.

UNILAB, Palmares, Discente, loidesebastiao@gmail.com[1]
UNILAB, Palmares, Discente, jandiramachado.edu@gmail.com[2]
UNILAB, Palmares, Discente, ildapaulomateus528@gmail.com[3]
UNILAB, Palmares, Docente, sergio.lima@unilab.edu.br[4]

ISSN: 2447-6161